

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

REQUERIMENTO N.º 11, DE 2018 – CI

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiências Públicas para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2017, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas”.

Sugiro que para a ideal instrução desta matéria do qual sou relatora, sejam realizadas três Audiências Públicas, sendo duas nesta Comissão no Senado Federal e uma no Estado de Tocantins em sua capital a cidade de Palmas, conforme segue a indicação de convidados:

AUDIÊNCIA Nº 1: EM BRASÍLIA - DF

- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Ministério de Minas e Energia;
- Sra. Christianne Dias - Diretora-presidente da Agência Nacional de Águas / ANA;
- Sr. Maurício Antonio Lopes – Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
- Sr. Rafael Ribeiro Silveira - Coordenador-Geral de Engenharia e Estudos do Ministério da Integração Nacional;
- Sr. Anivaldo Miranda - Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco/CBHSF;
- Representante do Fórum Tocantinense de Comitês de Bacias Hidrográficas – FTCBH;
- Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia.

AUDIÊNCIA Nº 2: EM PALMAS - TOCANTINS

- Sr. Rafael Ribeiro Silveira - Coordenador-Geral de Engenharia e Estudos do Ministério da Integração Nacional;
- Sr. Walter Ohofugi – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins / OAB/TO;
- Sr. Jean Carlos Almeida Teixeira – Diretor do Grupo Jaime Câmara e Organizador do Fórum das Águas;

- Sr. Anízio Costa Pedreira – Superintendente de Irrigação e Drenagem da Secretária de Planejamento e Orçamento do Governo do Estado de Tocantins;
- Sr. Fernán Vergara – Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT;
- Representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins - CERH/TO;
- Representante da Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia – Gaia;

AUDIÊNCIA Nº 3: EM BRASÍLIA /DF

- Sr. Hypérides Macêdo - Engenheiro Civil, Professor e Consultor na área de Recursos Hídricos;
- Sr. João Suassuna – Fundação Joaquim Nabuco;
- Sr. Fernán Vergara – Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT;
- Sr. Divaldo Resende – Instituto Ecológica Palmas/TO;
- Sr. Vicente Andreu – Especialista em Recursos Hídricos;
- Representante do Fórum Tocantinense de Comitês de Bacias Hidrográficas - FTCBH;
- Representante da Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia – Gaia;

Estes eventos terão como objetivo subsidiar esta relatora e os trabalhos desta Comissão com depoimentos, análises e informações acerca da sustentabilidade do Rio Tocantins, sua interface com a agropecuária e a agricultura irrigada do estado, especialmente, no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, pesca, produção de energia, abastecimento humano e proteção do meio ambiente.

JUSTIFICAÇÃO

Há tempos que a bacia do rio Tocantins vem enfrentando condições hidrometeorológicas desfavoráveis, com vazões e precipitações abaixo da média. Em função das baixas precipitações, o ano de 2015 foi o que teve as menores vazões no rio Tocantins registradas desde o início das observações em 1931.

O déficit hídrico na bacia do Tocantins vem se acumulado em 2017, pois as chuvas observadas têm ficado abaixo da média esperada. A precipitação observada entre outubro de 2016 e agosto de 2017, por exemplo, foi de apenas 47% da média esperada para o período, segundo dados do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE). Além disso, a curto prazo, não são esperadas precipitações com volumes significantes, o que é normal para o mês de agosto, que historicamente apresenta valores baixos de precipitação na bacia. Segundo o histórico de monitoramento da região, a tendência é que as primeiras chuvas de transição

que marcam o início do próximo período chuvoso aconteçam a partir de setembro.

Entre outubro de 2016 e abril de 2017, no último período úmido da bacia, as vazões do rio Tocantins foram as menores já verificadas de todo o histórico. As baixas vazões do rio Tocantins têm acarretado impactos nos níveis de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN) ali instalados.

Estudos da Agência Nacional de Águas (ANA) e do próprio Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco reforçam essa preocupação: o Rio Tocantins não tem volume nem vazão suficientes para suportar uma transposição e em cada ano seu volume reduz. Todos nós vimos durante a seca deste ano que, em vários pontos do estado, era possível atravessar o leito a pé. Onde havia água em abundância, hoje há pedras e areia.

Embora reconheçamos a gravidade do problema que a baixa vazão do São Francisco traz para a população nordestina, não podemos solucioná-lo ao custo da morte do rio Tocantins – esse não tem volume nem vazão suficientes para suportar uma transposição. Antes de propor a transposição das águas do Tocantins, obra estimada em R\$ 1,3 bilhões, a prioridade seria a revitalização da bacia do velho chico.

Vale ressaltar que, em audiência na CDR, em 23 de agosto de 2017, o Ministro da Integração nacional, Helder Barbalho, destacou que, para operacionalidade da transposição, é estimado um custo em torno de R\$ 500 milhões por ano. E, destes R\$ 500 milhões, R\$ 300 milhões seriam gastos apenas para custear a energia necessária ao bombeamento, devido ao desnível acentuado entre a captação e a entrega da água.

Pegar uma água do Rio Tocantins e elevá-la a mais de 300 metros (a Serra Geral, em cujo platô passaria esse hipotético canal, tem até 100 metros de altitude) para o São Francisco, seria absolutamente inviável. Esse montante seria mais bem aplicado na revitalização do São Francisco, para recompor as matas do território da bacia, principalmente as ciliares, encostas e áreas de recarga dos aquíferos.

Pelo exposto, apresentamos este requerimento de audiências públicas por se tratar de uma matéria de grande importância para a manutenção dos recursos hídricos do Brasil e do meu estado do Tocantins.

Sala da Comissão, 13 de março de 2018.

Senadora KÁTIA ABREU